

## MEMÓRIA E A PERMANÊNCIA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Rosana Ataíde de Queiroz<sup>(1)</sup>; Tânia Rocha Andrade Cunha<sup>(2)</sup>

<sup>(1)</sup>Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. e-mail: rosanaqueiroz1@hotmail.com

<sup>(2)</sup>Orientador. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. e-mail: rochandrade@uol.com.br

**RESUMO:** O presente trabalho traz uma reflexão sobre a permanência da violência contra a mulher na sociedade atual, a despeito das mudanças históricas promovidas pelas lutas feministas e pelos avanços dos Direitos Humanos e leis de proteção à mulher. Trata-se de um estudo bibliográfico, no qual foram mobilizados os conceitos de violência contra mulher e da memória desta à luz dos pensamentos desenvolvidos por Maurice Halbwachs e Paul Ricoeur. Pode-se inferir que a memória coletiva engendrada por séculos de dominação seja responsável pela persistência de crenças e práticas que perpetuam a violência.

**Palavras-chave:** Mulheres. Violência. Memória.

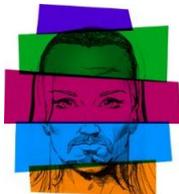
### INTRODUÇÃO

A violência, de um modo geral, conforme Cunha (2007), encontra-se enraizada na sociedade desde os seus primórdios, em todos os aspectos. Podemos percebê-la como um fenômeno cotidiano que ocorre tanto no plano micro, do âmbito doméstico, que, em tese deveria ser o refúgio das pessoas frente a toda forma de violência, quanto no plano macro, da violência estatal.

Saffioti (2004, p. 17) define a violência como “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima, seja de forma física, psíquica, sexual ou moral”. No entanto, o termo violência carrega consigo uma amplitude de acepções e, portanto, de complexidades, estando relacionado a contextos sociais e a períodos históricos

distintos, diferenciando-se no tempo e no espaço a partir do contexto sociocultural em que se manifesta. Assim, o que é considerado violência para uma sociedade nem sempre o será para outra, entende-se, então, que a violência é condicionada de acordo com regras de um determinado lugar ou tempo.

Definições de significados como o de violência, que atribuem sentidos a termos como “dano”, “abuso” e “lesão”, em determinadas ações são historicamente constituídas e variam de acordo com o poder de voz de cada grupo dentro da sociedade. É, portanto, de importância fundamental empreender distinções entre os significados de processos de violência e processos que criminalizam os abusos.



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Para Michaud (1989, p. 10):

Há violência quando em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas, em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses ou em suas participações simbólicas e culturais.

A violência contra a mulher pode se manifestar de várias formas e com diferentes graus de severidade. De acordo com Cunha (2007), estas formas de violência não se produzem isoladamente, mas fazem parte de uma sequência crescente de episódios, do qual o homicídio é a manifestação mais extrema. A violência praticada por homens contra mulheres demonstra a intenção de fazer com que elas cumpram suas vontades e pode se expressar de várias maneiras: física, psicológica e sexual, deixando marcas profundas no corpo e na alma das mulheres (CUNHA, 2007).

Na violência física, também conhecida como violência visível, o homem alcança a sujeição da mulher, pelo uso da força física. Esse tipo de violência toma forma quando ocorrem pontapés, socos, sufocamentos, empurrões beliscões, mordidas, esfaqueamentos e, até mesmo, a morte.

Por violência sexual, compreendem-se os atos masculinos que negam o desejo e o corpo da mulher, exercem dominação-

exploração contra a parceira por meio da posse sexual forçada ou a perpetração de estupros no seio da relação conjugal ou da exigência de práticas sexuais indesejáveis (CUNHA, 2007).

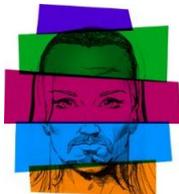
Dentre essas formas de violência que a mulher sofre no relacionamento conjugal, destacamos a psicológica, definida por Cunha (2010, p. 13) como:

Toda ação ou omissão destinada a produzir sofrimento moral ou dano psicológico em alguém, como por exemplo: insegurança, frustração, medo, humilhação, perda da autoestima e sentimento de ansiedade.

A violência psicológica pode se manifestar através de ameaças, medo, controle, humilhação, indiferença, ciúme patológico, desqualificação, intimidação, tortura, entre outras formas.

Ela é uma das formas de abuso mais comuns na relação entre casais e se caracteriza por comportamentos sistemáticos que seguem um padrão de comunicação, verbal ou não, com a intenção de causar sofrimento em outra pessoa. Ela se desenvolve de forma silenciosa e progressiva e, mesmo não sendo identificada, deixa marcas em todos os envolvidos (CUNHA, 2010).

A violência em suas diferentes manifestações, frequentemente, tem suas raízes na discriminação. E, neste sentido,



as mulheres, de uma forma geral, são os sujeitos sociais que mais a têm sentido. Com a ascensão do feminismo, tudo levaria a crer que as coisas progrediriam e uma maior igualdade entre homens e mulheres levaria, inevitavelmente, a menos violência. Mas, aparentemente, não foi o que ocorreu (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995).

Assim, a persistência da violência contra a mulher a despeito de todas as rupturas históricas ocorridas nos últimos anos é algo que nos convida ao questionamento e à reflexão: Como explicar a permanência de relações patriarcais na nossa sociedade?

## **METODOLOGIA**

Como metodologia de pesquisa foi utilizada a pesquisa teórico-conceitual, sendo classificada como pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2010), esta é elaborada com base em material já publicado, com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinado assunto.

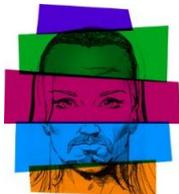
Para efeito do estudo, foi desenvolvida uma análise conceitual baseada em pesquisa bibliográfica utilizando arcabouços teóricos de Saffioti e Cunha sobre violência contra mulher, em seguida realizou-se uma reflexão acerca da memória desta violência à luz das teorias de Maurice Halbwachs e Paul Ricouer.

## **Para início de conversa: breve histórico da violência contra a mulher**

É difícil rastrear a origem da desigualdade de gênero na sociedade. Diversos autores têm se debruçado sobre a questão da dominação do homem sobre a mulher, o que tem favorecido a origem de teorias variadas e, por vezes, divergentes.

Engels, em 1884, na sua obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, descreve o sistema patriarcal, em que o homem tem domínio sobre a família, como uma das fases das relações familiares, não sendo em si unânime nem universal. Essa nova organização social teria se iniciado no estágio monogâmico quando o modo de produção agropastoril gerou a divisão do trabalho e uma desvalorização do papel feminino: “A mulher teria sido degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução. [...]” (ENGELS, 2009, p. 75).

De fato, a história das mulheres na sociedade ocidental comprova a existência dessa desigualdade legitimada por uma superestrutura social, política e religiosa construída no sentido de assegurar a dominação do homem sobre a mulher por meio de leis, dogmas e regras de conduta



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

que são transmitidas de geração a geração por meio de uma memória coletiva. De acordo com Del Priori (2001), é a partir das lutas íntimas que as mulheres iniciam um questionamento quanto à realidade social, criando os primeiros movimentos feministas, marcados por uma grande diversidade de reivindicações, alicerçando as bases para a construção de uma história das mulheres. Assim, para compreender a condição da mulher na sociedade é fundamental resgatar o processo histórico em que ocorreu a construção do conceito de cidadania e sua relação com as instâncias pública e privada, procurando dar ênfase ou resgatar o seu lugar nesse processo.

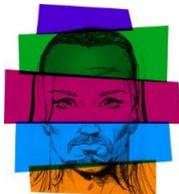
Na Grécia antiga, berço da nossa civilização ocidental, a mulher era excluída do mundo do pensamento e do conhecimento, tão valorizado por essa sociedade. A sua posição era equivalente à do escravo, executava somente trabalhos manuais. Em Atenas, ser livre era primeiramente ser homem e não mulher, ser ateniense e não estrangeiro, ser livre e não escravo. A afirmação de Platão expressa bem essa realidade: “Se a natureza não tivesse criado as mulheres e os escravos, teria dado ao tear a propriedade de fiar sozinho.” (ALVES; PITANGUY, 1985).

É importante ressaltar que filósofos gregos, ao aprofundarem o conhecimento

sobre o homem referindo-se ao ser humano, na verdade, abordaram apenas o ser masculino, ignorando totalmente a mulher, suas características e necessidades. Quando se tratava do saber e do poder, as mulheres eram totalmente ignoradas (ROCHA, 2009).

Conforme Laqueur (2001), nos planos religioso e científico foi propagada uma ideologia de inferioridade do feminino; a cultura judaico-cristã representou a mulher como pecadora e culpada pela expulsão dos homens do paraíso. De acordo com o mito da criação, ela não existiria por si mesma, mas teria sido criada do e para o homem. Até mesmo a ciência e a arte contribuíram ao longo dos tempos para elaboração da ideologia de superioridade masculina a qual denominamos machismo.

O discurso científico também era impregnado de estigmas sobre a inferioridade da mulher. Ambroise Paré, médico e cientista ilustre do século XVI, conforme Soihet (2002), vê no organismo feminino a prova da inferioridade da mulher. Em sua concepção, o homem, por ser muito mais superior, possui o aparelho reprodutor externo, entretanto, a mulher, devido sua imbecilidade, não expeliu o aparelho reprodutor, ficando este interno. O médico acrescenta que os órgãos sexuais



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

femininos tornariam as mulheres disformes e vergonhosas quando nua. François Rabelais, outro grande médico, adota idênticas posições, concluindo que o corpo “histérico” da mulher só pode conduzi-la à desordem moral. Ainda conforme Soihet (2002), Leonard de Vair, inquisidor, descreve a menstruação, como um elemento que ocorre mensalmente e que exala vapores que são sentidos na boca, narinas e que, de alguma maneira, enfeitiça tudo que as mulheres tocam.

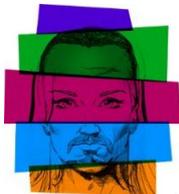
As crenças misóginas em relação ao corpo feminino remontam à Grécia Antiga e ao pensamento de um dos mais influentes filósofos do mundo ocidental. A ciência, até o século XVIII, partia da descrição do corpo feminino como o de um “homem mal desenvolvido”, de acordo com o pensamento de Aristóteles, segundo o qual a mulher seria uma versão impotente do homem, um arren ágonos. A crença da mulher como um homem invertido e, portanto, inferior, perdurou milhares de anos como se pode observar, na passagem em que Laqueur (2001, p. 68), comenta a visão de Aristóteles:

O kurios, a força do espermatozoide para gerar uma nova vida, era o aspecto corpóreo microcômico da força deliberativa do cidadão, do seu poder racional superior e do seu direito de governar. O espermatozoide, em outras palavras, era como que a essência do cidadão. Por outro lado, Aristóteles usava o adjetivo akuros para descrever a falta de autoridade política, ou legitimidade, e a falta de capacidade

biológica, incapacidade que para ele definia a mulher. Ela era como o menino, em termos políticos e biológicos uma versão impotente do homem, um arren ágonos.

Tais pressupostos difundem-se e ganham força durante o século XIX, adquirindo respaldo científico. Segundo a medicina social, por razões biológicas, a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal, constituíam-se em características femininas (SOIHET, 2002). Em oposição, o homem conjugava à sua força física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios.

Paradoxalmente, como lembra Soihet (2002), esses discursos identificavam-se aos princípios cristãos em que pese o tom anticlerical que assumiam. Por outro lado, aquelas características femininas, das quais ressalta a menor inteligência e sensibilidade sexual, levaram Cesare Lombroso, médico italiano e nome conceituado da criminologia em fins do século XIX, a justificar que as leis contra o adultério só atingiam a mulher cuja natureza não a dispunha para esse tipo de transgressão. Conforme Lombroso e Ferrero (1986), aquelas dotadas de erotismo intenso e forte inteligência eram despidas do sentimento de maternidade –



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

característica inata à mulher normal - e extremamente perigosas. Essas mulheres constituíam-se criminosas natas, prostitutas e loucas que deveriam ser afastadas do convívio social.

Os primeiros sinais de resistência e mudança de paradigmas surgiram a partir da Revolução Francesa, de 1789, com a ativa participação das mulheres no processo revolucionário, ao lado dos homens, pelos ideais de liberdade, igualdade, fraternidade. Foi na luta para que estes ideais também se aplicassem às mulheres que Olympe de Gouges publicou em 1791 Os Direitos da Mulher e da Cidadã, no qual questiona:

Diga-me, quem te deu o direito soberano de oprimir o meu sexo? [...] Ele quer comandar como déspota sobre um sexo que recebeu todas faculdade intelectuais. [...] Esta Revolução só se realizará quando todas as mulheres tiverem consciência do seu destino deplorável e dos direitos que elas perderam na sociedade (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 33-34).

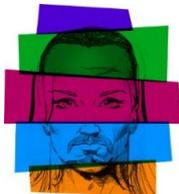
Com a Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo um grande contingente de mulheres assumiu um relevante papel nas novas relações de produção acarretando uma consciência a partir da organização das lutas operárias. A chegada das mulheres ao espaço público marcou o início do feminismo, um movimento social cujo objetivo é conscientizar e eliminar as discriminações

e injustiças impostas às mulheres. Ao questionar a construção social da diferença e as estratégias de articulação de poder, as feministas elaboraram o conceito de gênero, qualificando o debate sobre a assimetria nas relações entre os sexos, construídas ao longo da história (ALVES; PITANGUY, 1985).

A filósofa francesa Simone de Beauvoir (1949) ao escrever *O Segundo Sexo* denunciou as raízes culturais da desigualdade sexual, analisando profundamente questões relativas à biologia, à psicanálise, ao materialismo histórico, aos mitos, à história, à educação. Beauvoir aponta a importância de se desvendar o processo de condicionamento pelo qual a mulher assimila e se sujeita na posição que lhe é atribuída pela sociedade patriarcal:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (BEAUVOIR, 1967, p. 9)

A propagação da noção de direitos humanos, reforçada em decorrência das atrocidades vividas durante a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), levou à criação da



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Carta das Nações Unidas, onde os povos declaram o interesse em proclamar a fé nos direitos fundamentais do Homem, na dignidade e valor da pessoa humana, na igualdade de direitos entre homens e mulheres. Conforme Pinaf (2007), esse novo paradigma associado às lutas feministas promoveu melhorias concretas nas condições de vida das mulheres, um aumento, ainda que parcial, na igualdade de direitos e proteções legais, especialmente para nações da Europa e América.

Ainda conforme Pinaf (2007), em 1979, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), conhecida como a Lei Internacional dos Direitos da Mulher. Essa Convenção visou à promoção dos direitos da mulher na busca da igualdade de gênero, bem como, a repressão de quaisquer discriminações.

É Sabido que no Brasil, em 2006, entrou em vigor a Lei 11.340/2006, a chamada Lei Maria da Penha que visa aumentar o rigor das punições para coibir a violência doméstica e familiar, reconhecida pela ONU como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres.

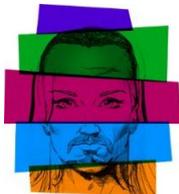
Entretanto, apesar de todas essas conquistas sociais e jurídicas, a violência contra a mulher persiste e em alguns casos

têm até aumentado. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de um terço das mulheres de todo o mundo já sofreram violência física e cerca de 35 % da população feminina mundial com mais de 15 anos de idade sofreram violência física ou sexual em algum momento da sua vida. Ainda no mesmo estudo, a forma mais comum de agressão é a doméstica: em 30 % dos casos, a violência partiu do companheiro, sendo que 38 % dos assassinatos cometido contra mulheres foram executados pelos seus parceiros (VIEIRA, 2013).

A maior parte das mulheres que sofreram violência doméstica apresenta sequelas físicas ou mentais, dentre elas depressão, dor crônica, distúrbio de ansiedade, síndrome do pânico, distúrbios alimentares e do sono, que muitas vezes persistem mesmo depois de a violência ter cessado (CUNHA, 2010).

### **O Papel da Memória**

Não é fácil compreender a razão da continuidade das práticas da violência contra a mulher, a despeito de tantos avanços históricos. Igualmente, é intrigante constatar a permanência de mulheres em situação de violência doméstica, apesar das garantias legais e das possibilidades de autonomia social e independência



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

econômica adquiridas nas últimas décadas. Podemos tentar compreender a manutenção desse padrão patriarcal de relacionamento entre homens e mulheres a partir do conceito de memória.

Para o sociólogo Maurice Halbwachs (1990), o ato de recordar é efetivado por uma memória coletiva, ou seja, nossas recordações sobre o passado apoiam-se nas lembranças dos outros e assim a exatidão do fato recordado e mesmo a possibilidade da recordação são maiores. Segundo Halbwachs (1990), até mesmo os acontecimentos em que somente nós estivemos envolvidos têm sua base na memória coletiva, haja vista que, na realidade, somente nos sonhos estamos sós. O autor salienta que:

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (HALBWACHS, 1990, p. 51).

A memória pode ser compreendida como uma faculdade que nos permite ou nega o acesso, voluntário ou involuntário, ao passado (HALBWACHS, 1990). A dialética, ainda dialogando com Halbwachs, entre lembrança e esquecimento compõe a memória coletiva e conecta os tempos: passado, presente e futuro. A memória coletiva tem o poder de

transportar, entre outras coisas, hábitos, conhecimentos e representações.

Desse modo, apesar das rupturas históricas, a memória alimenta a permanência ou mesmo a atualização de conceitos, tradições e visões de mundo que acreditamos terem ficado no passado (HALBWACHS, 1990).

Ao lado da história escrita de tantas lutas das mulheres, muitas delas bem-sucedidas, há uma história viva que se perpetua e se renova através do tempo, e é nessa história que apoiaremos a nossa concepção de memória coletiva, aqui compreendida como uma forma de transmissão e conservação de valores, concepções e ideias sobre o sujeito mulher. Essas concepções são mantidas e transmitidas pelo grupo social ao qual pertencemos, seja ele determinado pela etnia, sexo, religião ou nacionalidade.

Halbwachs (1990) observa que os costumes modernos estão assentados sobre “ilhas de passado conservadas”, ou seja, o que somos, como agimos e pensamos dependerá dos fatos passados, que sobrevivem apenas na memória, mas que, no entanto, nos influenciam no presente. Dessa forma:

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, preparada por outras reconstruções feitas



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

em épocas anteriores (HALBWACHS, 1990, p. 71).

É necessário muito esforço, sacrifício e resistência para que uma nova ideia ou conduta entre em vigor, por conta do que herdamos dos nossos pais e do ambiente onde vivemos, pois, segundo Halbwachs (1990), as ideias iniciais sempre marcam e perduram numa sociedade. Daí a dificuldade de romper padrões.

Vemos, então, que a memória coletiva dos grupos sexuais é retroalimentada pela convivência social. De fato, dogmas religiosos, literatura, contos de fada, ditos populares, tradições familiares, padrões de consumo, propaganda e mídia são alguns dos meios socialmente compartilhados pelos quais modelos de comportamento masculino e feminino são perpetuados na memória.

Paul Ricoeur (2007) aprofunda a percepção de Halbwachs ao contemplar a possibilidade de manipulação da memória para atender a determinados interesses de manutenção de poder. O processo de manipulação se vale da fragilidade das identidades, devido ao tempo, alteridade ou violência fundadora. No caso da alteridade, o autor aponta a dificuldade em aceitar a existência do outro, do diferente, visto como uma ameaça:

Será mesmo preciso que nossa identidade seja frágil ao ponto de não conseguir tolerar que outros tenham

modos de [...] inscrever sua própria identidade na trama do viver juntos? São mesmo as humilhações, os ataques reais ou imaginários à autoestima, sob os golpes da alteridade mal tolerada, que fazem a relação que o mesmo mantém com o outro mudar de acolhida, à rejeição, à exclusão (RICOEUR, 2007, p. 94).

## CONCLUSÃO

Observamos, portanto, que os valores do patriarcado cultivados pelo grupo social mantêm uma memória segundo a qual a mulher permanece como o “outro” do homem, tomado como referência. A independência e expressão da identidade feminina são recebidas, muitas vezes, como uma ameaça à supremacia masculina, levando, não raro, a reações como violência física: na forma de espancamento e assassinato ou violência psicológica: nas estratégias de minar sistematicamente a autoestima e autoconfiança das mulheres.

O discurso patriarcal, seja veiculado pela religião, pela mídia ou pela família, também modula a própria identidade feminina ao manter uma memória de objetificação sexual, dependência emocional, sacrifício e submissão, perpetuando, assim, as desigualdades sociais nas relações de gênero.

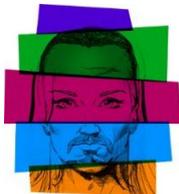
## REFERÊNCIAS

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é**

[www.generoesexualidade.com.br](http://www.generoesexualidade.com.br)

(83) 3322.3222

[contato@generoesexualidade.com.br](mailto:contato@generoesexualidade.com.br)



## XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES  
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

**feminismo.** São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.

BEAUVOIR, S. **Segundo sexo.** 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. v. 2.

BRASIL. **Lei 11.340.** Lei Maria da Penha. 2006

CUNHA, T. R. A. **O preço do silêncio:** mulheres ricas também sofrem violência. Vitória da Conquista: Ed. UESB, 2007.

CUNHA, T. R. A. A dor que dói na alma: violência psicológica contra a mulher. In: Simpósio Baiano de Pesquisadores(as) sobre mulheres e relações de gênero, 16; SEMINÁRIO NACIONAL: POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES, 1., 2010. **Anais...** Salvador, Bahia, 2010.

DEL PRIORE, M. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, M. C. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 217-235.

ENGELS, F. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Escala, 2009. (Original 1ª edição 1884).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184p.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Tradução Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo:** corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LOMBROSO, C.; FERRERO, G. **La femme criminelle et la prostituée.** Traduction L'italien. 1896.

MICHAUD, Y. **A violência.** São Paulo: Ática, 1989.

VIEIRA, G. OMS calcula que 35% das mulheres já sofreram violência. **Estadão**, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,oms-calcula-que-35-das-mulheres-ja-sofreram-violencia,1045282>>. Acesso em: 03 out. 2015.

PINAFI, T. Violência contra mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. **Revista Histórica**, ed. 21, 2007.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

ROCHA, P. **Mulheres sob todas as luzes:** a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado. Belo Horizonte: Leitura, 2009.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. de. **Violência de gênero:** poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SOIHET, R. Formas de violência, relações de gênero e feminismo. **Revista Gênero**, v. 2, n. 2, 2002.